

A ordem dos fatores altera o produto? A vitória de Crivella nas eleições para o executivo Carioca de 2016

Does the order of factors change the product? The victory of Crivella in the Rio de Janeiro city executive election in 2016

Gabriel Silva Rezende¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a trajetória de Marcelo Crivella e sua capacidade de expansão da base eleitoral na eleição para a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em 2016. Partimos da hipótese de que a conjuntura política de crise parece ter auferido a possibilidade de vitória ao bispo evangélico à prefeitura carioca, levando-se em consideração que nos pleitos majoritários dificilmente atores políticos evangélicos possuem grande aderência entre todas as denominações que compõem esse universo religioso e, muitas vezes, são vistos com desconfiança pelos setores seculares da sociedade. Para isso, utilizamos a análise conjuntural e a literatura especializada sobre as estratégias bem definidas para candidaturas evangélicas dentro de um espectro institucional, como praticado pela Igreja Universal do Reino de Deus. Buscamos, portanto, identificar os fatores que propiciaram o alto engajamento eleitoral evangélico e dos demais estratos sociais, bem como as estratégias utilizadas por Crivella para aumentar sua base eleitoral nos segmentos laicos da sociedade carioca.

Palavras-chave: Participação Evangélica; Eleições Majoritárias; Comportamento Eleitoral; Rio de Janeiro.

Abstract: The present work aims to analyze the trajectory of Marcelo Crivella and his capacity of expansion of the electoral base in the election for the city hall of the city of Rio de Janeiro in 2016. We assume that the role of the crisis political

¹Mestrando em Sociologia Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) bem como é bacharel em Relações internacionais pela Universidade Candido Mendes, foi bolsista de iniciação científica da FAPERJ entre 2013-2015 e atualmente é bolsista CAPES. Contato: gabrielsrezende@hotmail.com

conjuncture seems to have possibility of victory to an evangelical bishop to the city of Rio de Janeiro, taking into account that in the majority appeals hardly evangelical political actors have great adherence among all the denominations that make up this religious universe and are often viewed with suspicion by the secular sectors of society. For this, we use the conjunctural analysis and specialized literature on well-defined strategies for evangelical applications within an institutional spectrum, as practiced by the Universal Church of the Kingdom of God. We therefore sought to identify the factors that led to the high level of evangelical electoral engagement and other social strata, as well as the strategies used by Crivella to increase its electoral base in the secular segments of the society of Rio de Janeiro.

Keywords: Evangelical Participation; Major Elections; Electoral Behavior; Rio de Janeiro.

1. Introdução

Nas últimas décadas os evangélicos tornaram-se importantes atores no processo político brasileiro no qual nenhuma pesquisa sócio-política pode negligenciar. Machado (2006) esclarece que a curva ascendente desse grupo se relaciona diretamente com o movimento de diversificação e difusão do pentecostalismo. Como aponta o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), entre 2000 e 2010, o total de evangélicos no Brasil subiu de 26,2 milhões para 42,3 milhões em 2010. A proporção de evangélicos em relação à população do país avançou de 15,5% para 22,2%, alcançando uma estimativa de 27 milhões de eleitores evangélicos, demonstrando, assim, uma alta capacidade de ressignificar e incorporar elementos de outras tradições confessionais, adquirindo plasticidade, um caráter dinâmico e maior adesão aos seus quadros.

A presença de representantes evangélicos no Legislativo e no Executivo de diversos estados e municípios, além de sua significativa presença na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, demonstra a força desse segmento junto à população brasileira e na própria articulação política no Congresso Nacional com a Frente Parlamentar Evangélica (FPE). Todavia, a participação dos evangélicos na política partidária foi relativamente pequena na maior parte do século XX, ganhando projeção somente em 1986, a partir das eleições para a Assembleia

Nacional Constituinte (FRESTON, 1993). Enquanto nas eleições de 1982 foram eleitos 12 deputados federais evangélicos, sendo apenas 2 pentecostais², já no pleito de 1986 foram eleitos 32 parlamentares desse segmento religioso, sendo 18 deles pentecostais. Como demonstra Souza (2009), ocorreu um expressivo crescimento de 900% dos pentecostais.

Em 1990, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) elegeu três representantes federais e 6 estaduais, chegando em 1994 a 6 federais e, de novo, 6 estaduais. É crível observar que esses êxitos eleitorais, como argumenta Souza (2009), ocorreram proporcionalmente nos lugares onde a igreja possuía a maior quantidade de templos e adeptos. Por conseguinte, nas eleições de 1998, dos 44 deputados federais evangélicos eleitos, 14 eram ligados à IURD. O número de deputados estaduais saltou de 6 para 26, dentre eles os reeleitos irmãos de Edir Macedo, bispo e um dos fundadores da IURD (SOUZA, 2009). Esse número fez com que os candidatos estaduais eleitos naquele ano abrangessem 18 Estados da Federação. De acordo com Souza (2009, p. 6), “a soma de votos de deputados federais eleitos e indicados pela igreja chegava a 1,4 milhão [em 1998], algo comparável à votação nacional de legendas de médio porte, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o PDT”.

Em 2002, a representação evangélica no Congresso ampliou consideravelmente, chegando a 51 parlamentares, com 49 deputados federais e 3 senadores eleitos. Contudo, de 2002 a 2006, o número de deputados federais evangélicos reduziu 38%, passando de 51 para 32. Essa redução foi motivada por denúncias envolvendo o escândalo das sanguessugas³. Passado outro período

² No Brasil o pentecostalismo é compreendido, principalmente, através das “três ondas” do movimento pentecostal (ver FRESTON, 1993). Sendo as igrejas da primeira onda: Assembleia de Deus, Congregação Cristã e etc.; segunda onda: Quadrangular, Brasil Para Cristo, Deus é Amor e etc.; e a terceira onda: Igreja Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus entre outras. Contudo, essa classificação não é tão bem aceita entre os estudiosos da religião, uma vez que desde o início dos anos 2000 até os dias de hoje, a sociedade brasileira cresceu, apresenta novas demandas e necessidades sociais, bem como novas tendências pentecostais surgiram, logo, passível de reeleituras no âmbito acadêmico.

³ Também conhecida como “máfia das ambulâncias”, foi um escândalo de corrupção visibilizado em 2006 devido à descoberta de uma quadrilha que tinha como objetivo desviar dinheiro público destinado à compra de ambulâncias. Entre seus principais envolvidos estavam os ex-deputados Ronivon Santiago, Carlos Rodrigues (ligado a IURD) e Cabo Júlio e Cleuber Brandão Carneiro.

eleitoral, a bancada Evangélica eleita em 2010 cresceu em relação à representação anterior, contando com 73 parlamentares, sendo 70 deputados e três senadores evangélicos. Com este número, a bancada evangélica recuperou a capacidade de articulação e negociação dos temas de seu interesse no Congresso, após as denúncias de 2006.

A atual legislatura (2015-2018) é composta por 85 deputados federais e 2 senadores, totalizando 87 parlamentares. Fato notável ocorreu em Agosto de 2017, quando três suplentes foram efetivados devido a renúncia dos seus titulares, eleitos para cargos públicos. Dentre eles, destaca-se o então senador Marcello Crivella, que renunciou para assumir a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, além de quatro suplentes em exercício. Na Câmara, sete dos eleitos renunciaram por terem sido eleitos prefeitos em 2016⁴.

Percebemos, dessa forma, como argumenta Joanildo Burity, a publicização da religião, derivada da “emergência de novos contendores religiosos à ocupação de espaços públicos de visibilidade, reconhecimento e reparação, suscita disputas sobre as regras dessa “entrada” ou “ocupação”” (BURITY, 2015, p. 106). Destarte, todos esses processos têm sido rodeados de polêmicas e embates, com a percepção da presença ativa e das demandas desses atores na esfera política e social. Além disso, destaca-se o caráter controverso da religião pública, que é capaz de ressignificar práticas discursivas para um cenário até então laico, culminando na desprivatização como força política e social, conforme permeia as intercessões acerca de sua presença/ausência legítima ou ilegítima, agência reativa ou construtiva, e o próprio grau de antagonismo aceitável à publicização religiosa (BURITY, 2015).

Nessa perspectiva, como assevera Oro (2003), os pentecostais são o grupo mais competitivo e com maior capacidade de transferir influência da esfera religiosa para a esfera política. Utilizam-se da mobilização de esforços evangélicos para atrair e recrutar novos fiéis, por meio do uso da mídia e demais fontes de proselitismo. Assim, alcançam visibilidade mais intensa de lideranças

⁴ Dados disponíveis em: <<http://www.metodista.br/midiareligiaopolitica/index.php/composicao-bancada-evangelica/>>. Acessado em: 20/08/2017.

defensoras de ideias e posturas explicitamente conservadoras e que se apresentam como modernas, pertencentes aos novos tempos, quando a religião tem como aliados o mercado e as tecnologias.

O sucesso nas disputas eleitorais seria o resultado, entre outros fatores, de um rápido processo de formação de lideranças e uma intensa socialização de fiéis, sendo uma revisão da concepção política e de cidadania por parte dos grupos pentecostais, como demonstra Machado (2006), fazendo coro a análise de Burity (2006), cujo processo de incursão política dos pentecostais trouxe duas descontinuidades ao introduzir nas instituições representativas lideranças sem qualquer tradição de participação política organizada ou com algum elo com as elites do sistema político tradicional, assim como por inserir na linguagem política elementos da religião, familiares a esses novos representantes.

Desse modo, o avanço do processo de pentecostalização do campo evangélico tende a demonstrar uma espécie de reafirmação da esfera religiosa para compreensão do mundo político ou, como descreve Casanova (1999), tal movimento teria como objetivo proteger o mundo da vida tradicional da lógica administrativa, de modo a questionar a ética discursiva do Estado e, portanto, sua normatização. Contudo, o neoconservadorismo evangélico não é um dado isolado, mas sim uma parte de um contexto de fortalecimento de posturas conservadoras na esfera pública brasileira em geral.

Não obstante, ele emerge como reação a transformações socioculturais que o Brasil tem experimentado, em especial a partir dos anos 2002, com a abertura e a potencialização de políticas públicas voltadas para direitos humanos e gênero (CUNHA, 2016), que tem adquirido maior visibilidade e densidade nos últimos anos, como demonstra Souza (2013) por meio do fortalecimento da mobilização política do movimento na luta por seus direitos como direitos humanos, do crescente interesse da academia pela temática, no âmbito dos estudos de gênero, assim como das conquistas do movimento no campo jurídico (ex: união homoafetiva). Ou seja, em contraposição a multiplicidades de agendas no espaço

público contemporâneo (movimentos LGTT, nova estrutura familiar, aborto⁵, as questões em torno do “Kit gay” e ideologia de gênero etc.).

Contudo, a relativização de que os evangélicos são somente reativos é altamente simplista, pois também são fruto do processo agudo de democratização do país após a Constituição de 1988, e dessa forma, também objetivam lograr espaço na esfera pública. De modo que, na ampliação da democracia brasileira, os evangélicos são atores tão legítimos quanto outros no escopo social, os que diferenciam é que seus discursos partem de uma base religiosa. Assim como os movimentos LGBT, raciais e feministas, os evangélicos almejam da mesma maneira o reconhecimento, além de tornar visível suas demandas.

Como argumenta Gracino Júnior sobre o espaço público da atualidade:

A experiência ambiental da contemporaneidade, ao mesmo tempo que põe em suspenso fronteiras nacionais, de raça, de classe e de religião franqueia aos indivíduos a possibilidade infinita de reinvenção ou engajamento nessas mesmas instituições. Se, por um lado, nossa iconoclastia perante as imagens ocidentais de mundo levou-nos a experimentar mais, a vagar por um mundo mais desregulamentado, onde assistimos a um pulular de demandas por reconhecimento, que extrapolam muito o binômio classe-raça, por outro trouxe novamente a vida velhas formas de associativismo e segregação que julgávamos há muito mortas. É a consciência desse equilíbrio precário, da artificialidade dos arrazoados discursivos sob os quais vivemos, que nos dá a possibilidade infinita da experimentação ou da negação pura e completa do novo [...]. (GRACINO JÚNIOR, 2016, p. 315)

Portanto, neste momento de disputas sociais intensas, o que devemos analisar sistematicamente são os “nexos causais”, logo, a conjuntura que mobiliza os atores sociais e como se apresentam. Devem ser considerados o comportamento desses atores integrados a redes religiosas, elucidado por Vital da Cunha (2017, p. 127), no tocante às pautas sociais que entram em conflito com a “tradição”, os

⁵ Tomaremos como exemplo da agência reativa evangélica no Congresso Nacional a questão do aborto e da noção de ideologia de gênero, pautas abertas ao debate público de modo mais visível a partir dos anos 2000, como argumenta Cunha (2016), sendo temas recorrentes na pauta da bancada evangélica, que se articula como uma frente parlamentar suprapartidária (contando também com o apoio de parlamentares católicos) quando o debate toca nessa questão. No caso do aborto, por meio da resistência às propostas de expansão do direito à interrupção da gravidez nos debates no Congresso, por exemplo.

papéis sociais estabelecidos e suas denominações, bem como a centralidade cristã marcadora de identidade e dinamizadora da vida social.

Isto posto, presenciemos um processo emergente de co-constituição do religioso e do político. Como compreende Vital da Cunha (2017), períodos de transformação social podem ganhar dimensão histórica no interim de acontecimentos, mobilizações e contestações sociais no Brasil - visto as Jornadas de Junho de 2013, escândalos de corrupção, Operação Lava-Jato, Impeachment e as denúncias de corrupção envolvendo os altos escalões do governo Temer e o próprio presidente - que passam a ser ressignificadas pelo deslocamento do político, desvelando a apatia e a descredibilidade das instâncias do poder.

Cenário que tende a favorecer a entrada em pleitos eleitorais de políticos não “profissionais” (outsiders)⁶, bem como a incursão de candidaturas de atores políticos com forte identidade evangélica⁷, numa estratégia discursiva de ocupação da esfera política por parte destes segmentos que almejam “salvar” a política da corrupção e do descrédito (BURITY, 2006) e muitos com o teor moralista/conservador. É crível salientar que os discursos desses atores religiosos não exortam a população a buscar orações e sacrifício – mesmo que possam ser complementarmente exigidos – ao contrário, apelam à identidade cristã e aos valores e princípios ligados a religião, como responsabilidade, comprometimento e solidariedade (GRACINO JUNIOR, 2016). Nesse contexto foram apresentadas candidaturas majoritárias evangélicas, em que chamamos atenção para o caso de Everaldo Pereira em 2014 concorrendo ao cargo de presidente do país - sendo a primeira candidatura confessional evangélica à presidência da República⁸- e, de modo especial e objeto de estudo deste artigo, a eleição de Marcelo Crivella que

⁶ Como o prefeito eleito de São Paulo em 2016, João Doria (PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira).

⁷ Bem como de candidatos mais progressistas, como forma de reação aos atores sociais mencionados.

⁸ Guardadas as devidas proporções, desde de 1988 (recorte temporal escolhido para esse artigo) candidatos evangélicos disputaram a presidência da República, como Anthony Garotinho e Marina Silva, todavia, são candidatos com pertença religiosa evangélica, mas com discursos universalistas, abrangentes sem grandes especificidades religiosas. Já Everaldo, apresenta um discurso com alto teor religioso conservador: “defesa da vida desde a sua concepção”, “valores tradicionais da nação brasileira” (VITAL da CUNHA; LOPES; LUI, 2017). Sem contar a escolha que acompanhou seu nome nas urnas, “pastor”.

após disputar sucessivas vezes ao governo e a prefeitura do Rio de Janeiro⁹ sai vitorioso no pleito de 2016.

2. Imbricamento entre as esferas: a construção da politização religiosa

Desde as eleições de 1988, como percebido, os partidos políticos têm demonstrado crescente interesse nos pentecostais, através do incentivo à filiação partidária de lideranças religiosas, favorecendo não somente a entrada desses religiosos na política, mas também o norsteamento dos partidos, como aponta Machado (2012a). Se tomarmos como exemplo a legislatura de 2015-2018 na Câmara dos Deputados, em relação aos membros da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) por partido, obtemos a seguinte configuração: O Partido Republicano Brasileiro (PRB) com 14 membros; Partido da República (PR) com 11; Partido Social Cristão (PSC) com 8; Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) com 8 membros, entre outros partidos¹⁰.

Os três primeiros partidos, principalmente, apresentam em suas lideranças políticas, religiosos e até mesmo políticos que compõem quadros eclesiais nas respectivas igrejas, como: Everaldo Pereira (pastor da Assembleia de Deus, presidente nacional do PSC e candidato a presidente da república em 2014); Marcos Pereira (bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, presidente nacional do PRB e atual Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil, nomeado por Michel Temer em 2016) e Marcelo Crivella (bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, senador pelo Rio de Janeiro nas legislações

⁹ Uma outra referência de candidatura evangélica no Estado ou no município do Rio de Janeiro, além do já citado na nota de rodapé 4, Anthony Garotinho, é Benedita da Silva (presbiteriana). Em 1992, foi candidata pelo Partido dos Trabalhadores (PT) a prefeitura do Rio, sendo derrotada por César Maia candidato, no período, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em 1998, sai vitoriosa da disputa para o governo do Estado do Rio de Janeiro como vice-governadora na chapa com Anthony Garotinho. Com a renúncia de Garotinho para disputar a presidência da República, assumiu o governo em 2002. No mesmo ano tenta sua reeleição, mas perde no primeiro turno para Rosinha Garotinho (PSB-Partido Socialista Brasileiro), esposa de Garotinho, que obteve 51,30% dos votos enquanto Benedita alcançou 24,44% dos votos, de acordo com o site do TSE sobre os resultados das eleições de 2002.

¹⁰ Dados da legislatura 2015-2018 da Câmara dos Deputados, produzidos pela Agência Pública. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/10/os-pastores-do-congresso/>>. Acessado em 12 de outubro de 2016.

de 2003-2010 e 2011-2019, assumiu o Ministério da Pesca e Aquicultura do governo Dilma Rousseff entre 2012 e 2014, candidato a governador em 2006 e 2014 e prefeito em 2004, 2008 e 2016, respectivamente, no estado e na cidade do Rio de Janeiro).

Nas eleições de 2014, dos mais de 26 mil políticos que concorreram a algum cargo público, 328 tiveram seus nomes nas urnas acompanhados das palavras missionário, pastor ou bispo, demonstrando o reflexo da ampliação evangélica no país. Em 2010, a proporção de evangélicos atingiu 22,2% da população, correspondendo a uma estimativa de que o eleitorado evangélico corresponda a 22% do total de brasileiros aptos a votar, logo, cerca de 27 milhões de votos.

Todavia, na prática eleitoral tal montante de votos não é capaz de decidir uma eleição majoritária, uma vez que não alcançam sozinhos (sem nenhum tipo de coalizão/coligação) a metade dos votos necessários para eleger governadores ou presidente. Além disso, as posturas institucionais de algumas igrejas não são uniformes, que em muitos casos inviabilizaria este processo. Contudo, nas eleições proporcionais (nas instâncias legislativas), a capacidade de elegerem representantes aumenta. Essas informações confirmam as análises de pesquisadores como Machado (2001), Fonseca (2002) e Novaes (2002) acerca da participação evangélica no sistema político brasileiro, em que se concentram nas disputas do poder legislativo em detrimento ao poder executivo, no qual poucos atores religiosos almejam o pleito, seja por motivações ou estratégias institucionais das igrejas ou até mesmo por razões pessoais.

Mesmo havendo algumas incursões políticas de candidatos nominalmente evangélicos no executivo - como o caso da eleição de Anthony Garotinho¹¹ para o

¹¹ É importante salientar as diferenças entre o ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, e o atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella. Garotinho já era político (vereador e prefeito) na cidade de Campos dos Goytacazes (RJ), deputado estadual, assumiu a pasta da Secretária Estadual da Agricultura no governo estadual de Brizola, até 1994, quando foi candidato ao governo do estado do Rio, vindo a ser derrotado, sobretudo pela imagem negativa de Brizola, sendo somente eleito governador em 1998. Ou seja, Garotinho já era conhecido como político antes mesmo de ser evangélico, o tornando somente após um acidente de carro e em julho de 1995 foi batizado na Igreja Presbiteriana. Enquanto Marcelo Crivella, entrou na política em 2002, disputando uma cadeira no senado pelo Estado do Rio de Janeiro, já como bispo licenciado da Igreja

A ordem dos fatores altera o produto? A vitória de Crivella nas eleições para o executivo Carioca de 2016 | Gabriel Silva Rezende | 87 - 113

governo do Estado do Rio de Janeiro (1999-2001), tendo disputado a presidência da República em 2002 e sua capacidade de eleger sua esposa, também evangélica, Rosinha Garotinho como governadora do Estado (2003-2007), as vitórias de candidatos evangélicos em pleitos majoritários não seguiram um padrão de uniformidade no campo religioso, pois poucos candidatos lograram resultados satisfatórios nas eleições concorridas¹².

As candidaturas de Marcelo Crivella não foram diferentes: o bispo licenciado da IURD disputou ao longo de sua carreira política iniciada em 2002, sete eleições, dentre elas, cinco para o executivo carioca ou fluminense (2004, 2006, 2008, 2014, 2016) e duas legislativas, para o Senado em 2002 e 2010. Obteve vitória nas duas disputas para o Senado e não obteve nenhuma vitória em pleitos executivos, sendo a única exceção até o momento, as eleições de 2016, quando conquistou a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, até então as eleições executivas se apresentavam como “gargalo” a candidatos com identidade evangélica forte e especialmente com vínculos institucionais. Não obstante, a campanha bem-sucedida de Crivella e de sua igreja, a Universal, colocará seu partido (PRB braço político da IURD), pela primeira vez, à frente de uma capital relevante no cenário político nacional.

Contudo, o diferencial deste estudo em relação a elaboração de pesquisas contemporâneas a ele, consiste que o objeto da pesquisa não será a estratégia de ocupação de cargos no Legislativo e seu espaço de dinâmica no nível federal com a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), mas na estratégia direcionada a ocupação de cargos também no Executivo. De modo especial, o recente caso carioca.

Nesse sentido, diante da literatura exposta acerca de um “gargalo” que dificultaria a vitória de candidatos evangélicos em pleitos majoritários, o que explicaria a eleição de um evangélico pentecostal ocupante de um cargo

Universal do Reino de Deus, transparecendo, apesar das tentativas de dissociação, forte identidade evangélica com sua denominação.

¹² Nas eleições presidenciais de 2014, o pastor Everaldo Pereira no primeiro turno recebeu 780.513 votos (0,75%), e foi o quinto candidato mais votado. Superado por Dilma Rousseff (PT), Aécio (PSDB), Marina Silva (PSB) e Luciana Genro (PSOL).

A ordem dos fatores altera o produto? A vitória de Crivella nas eleições para o executivo Carioca de 2016 | Gabriel Silva Rezende | 87 - 113

eclesiástico (bispo) e sobrinho da principal liderança da IURD (Edir Macedo), com consideráveis índices de rejeição¹³ à prefeitura do Rio de Janeiro no ano de 2016?

3. Crivella e a IURD: Estratégias políticas e dinâmica eleitoral

Dentre as denominações do campo pentecostal, destacamos neste trabalho a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), por ser a denominação de Crivella e devido ao seu uso intensivo e extensivo da mídia e da capilaridade de um discurso que traz para o campo político elementos significativos do simbolismo religioso. Esse sucesso reproduziria um efeito mimético em outras igrejas que, assim como a IURD, almejam expressar seu capital político e poder institucional, causando interesse e alianças com os partidos políticos (ORO, 2003). Freston (1993) argumenta que a política corporativista de algumas igrejas pentecostais busca: fortalecer lideranças internas, proteger a socialização sectária, acessar recursos para a expansão religiosa e disputar espaços na religião civil.

Para Ari Oro (2003), o sucesso eleitoral da IURD decorre de um próprio modo de fazer política que ela adotou a partir de 1997 em âmbito nacional (sem embargo, desde 1977, ela já adotara a estratégia política a seguir, porém, somente no Estado do Rio de Janeiro). Trata-se do modelo corporativo da “candidatura oficial”, cujo número dos que pleiteiam cargos eletivos depende do potencial eleitoral de que dispõe. Para isso, a IURD recorria a um levantamento regionalizado de seus membros/fiéis que são eleitores e transmitiam os dados para os bispos que, deste modo, deliberavam quantos candidatos deveriam lançar em cada município ou Estado, obedecendo a lógica do tipo de eleição, baseados no quociente eleitoral dos partidos e no número de eleitores das igrejas. Após a escolha desses candidatos/representantes da igreja, são usados cultos, concentrações em massa e a própria mídia que possuem (televisão, rádios e jornais como a Folha Universal) para fazer publicidade em favor desses.

¹³ Segundo o Datafolha, Crivella alcançou ao longo do pleito 31% de rejeição. Pesquisa disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1827616-crivella-lidera-com-58-no-rio-mas-vantagem-sobre-freixo-diminui.shtml>>. Acessado em: 20/04/2017.

A ordem dos fatores altera o produto? A vitória de Crivella nas eleições para o executivo Carioca de 2016 | Gabriel Silva Rezende | 87 - 113

Outro fator estratégico que estimula a participação de membros/fiéis iurdianos na política, segundo Oro (2003), é o “carisma institucional” que legitima as determinações políticas das lideranças da IURD, escolhendo os candidatos a cargos eletivos com o apoio da igreja. Esse fato revela a força de uma hierarquia institucional, ou seja, uma centralização em que a denominação define os indivíduos que poderão concorrer nas eleições, logo, os candidatos “representantes da igreja”.

A IURD, por meio de uma estratégia baseada no quociente eleitoral dos partidos, distribuía seus candidatos em diferentes partidos, vislumbrando alcançar maior grau de barganha política, todavia, em alguns casos, seus interesses se sobrepunham aos da legenda partidária dos partidos filiados (ORO, 2006, p.121). Até então, o partido que a igreja mais tinha se envolvido foi o Partido Liberal (PL), profundamente abalado em 2005 com o escândalo do mensalão que provocou reviravolta no ordenamento político brasileiro¹⁴. Esse evento fez com que a cúpula da IURD procurasse uma nova alternativa, quando em Agosto de 2005 criou o Partido Municipalista Renovador (PMR), com o registro definitivo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Alguns meses depois, a nova legenda partidária recebeu como filiado o então vice-presidente da República José Alencar e alterou sua denominação para Partido Republicano Brasileiro (PRB)¹⁵. André Ricardo de Souza (2010) descreve que a nova legenda teria sido criada para atender aos interesses da Igreja Universal, especialmente aos de Marcelo Crivella, sobrinho do Bispo Edir Macedo.

Marcelo Bezerra Crivella é natural do Rio de Janeiro e, como dito acima, sobrinho de Macedo. Foi peça chave para a implementação da Igreja Universal na África do Sul. Formado em engenharia, bispo, cantor e compositor de música

¹⁴ O Partido Liberal foi dissolvido em 2006, e parte de seus dissidentes formaram o Partido da República (PR) conjuntamente com o Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) no mesmo ano.

¹⁵ De acordo com o site do partido, a alteração do nome do partido teria sido sugestão do então vice-presidente da República, José Alencar. Disponível em: <<http://www.prb10.org.br/noticias/historia/pmr-muda-nome-para-prb-2/>>. Acesso em: 28/04/2017.

gospel, tornou-se um dos líderes evangélicos mais conhecidos no Brasil nos anos de 1990, através do Projeto Nordeste, implementado no sertão da Bahia. Apresentava a possibilidade de desenvolver o sertão através de processos alternativos à irrigação, ou seja, realizando atividades de assistência social na Fazenda Canaã.

Como observa Burity (2006), o diferencial da IURD é atuar como sujeito político calculador ao analisar, planejar e executar um projeto de transformação de seu crescimento numérico, poderio financeiro e midiático e carisma em representação política, promovendo um credenciamento de interlocução direta com o estado.

Na primeira disputa a um cargo eletivo, Crivella concorreu ao Senado Federal em 2002, pelo Partido Liberal (PL), então com 44 anos e tornando-se senador ao receber 3.243.289 votos, ou seja, 21,6% dos votos válidos para o senado (MACHADO, 2006). Analisado por Machado (2006) como o resultado do Projeto Nordeste, uma espécie de “filantropia virtual”, capitalizando as ações sociais no Nordeste e transformando a IURD em uma parceira confiável das agências públicas, somada a propaganda televisiva, jornais e panfletos contendo o seguinte jargão: “ Se deu certo no sertão, vai dar certo no Rio”. Isso tudo contribuiu para que o candidato ao Senado fosse reconhecido, expressando uma estratégia dos dirigentes da IURD de apostar no engajamento do bispo nas atividades de assistência como as implementadas no sertão, todavia sem ressaltar sua identidade evangélica, tão pouco seu posto hierárquico na igreja, conquistando, assim, os votos fluminenses.

Em 2004 disputou a prefeitura do Rio de Janeiro como um forte candidato atrelado as obras sociais, com uma campanha semelhante à de 2002, mas acabou ficando em segundo lugar com 21.83% dos votos válidos (753.189 votos), saindo vencedor em primeiro turno Cesar Maia com 50,1% dos votos. Em 2006, após os escândalos do mensalão atingirem seu partido, saiu da legenda e se filiou ao PRB para disputar o governo fluminense contando com apoio do presidente Lula, em detrimento do candidato do próprio Partido dos Trabalhadores (PT), Vladimir Palmeira. Souza (2010) aponta que com apenas 45 segundos de propaganda

A ordem dos fatores altera o produto? A vitória de Crivella nas eleições para o executivo Carioca de 2016 | Gabriel Silva Rezende | 87 - 113

gratuita na televisão, Crivella conseguiu chegar em terceiro lugar, com 1.531.431 votos.

Em 2008, mais uma vez se lançou candidato à prefeitura carioca, continuou com apoio de Lula e do vice-presidente José Alencar, manteve-se líder nas pesquisas de intenção de voto, todavia, teve seu potencial arrefecido na disputa devido a uma grande controvérsia com o projeto Cimento Social¹⁶. Crivella alcançou apenas 625.237 (19%) votos, sendo ultrapassado pelo candidato Eduardo Paes (PMDB). Tal pleito foi considerado uma grande derrota política para Crivella e para a Igreja Universal (SOUZA, 2010).

Em 2010, candidata-se novamente ao Senado e é eleito juntamente com Lindberg Farias (PT). O petista conquistou 4.213.749 votos, o equivalente a 28,65% dos votos válidos, enquanto Crivella, com 52 anos, recebeu 3.332.886 votos, o equivalente a 22,66% dos votos válidos. Disputa novamente o governo fluminense em 2014: no primeiro turno teve como principais oponentes o também evangélico Anthony Garotinho do Partido Republicano (PR) e Luiz Fernando Pezão (PMDB), sendo que Pezão obteve 40,57% dos votos válidos, Crivella, 20,26% e Garotinho, 19,73%. A diferença entre Crivella e Garotinho foi de menos de 50 mil votos. Já no segundo turno, Pezão obteve a vitória com 4.343.298 votos, o que corresponde a 55,78% dos votos válidos e Marcelo Crivella (PRB) teve 3.442.713 dos votos (44,22%). Os votos brancos (3,39%) e nulos (13,96%) somaram 1.635.179 votos; houve ainda 2.713.771 abstenções (22,36%). Somados brancos, nulos e abstenções, chega-se a 4.348.950 votos, 5.652 a mais que os alcançados por

¹⁶ O “cimento social”, de acordo com Souza (2010), tratava-se de uma cooperação técnica entre os ministérios da Cidade e da Defesa que liberou 13,9 milhões de reais entre 2007 e 2008, em que o Exército foi incumbido para atuar como mão-de-obra e proteção para as obras. O projeto previa a recuperação de 782 casas em uma área da favela da Providência (centro do Rio de Janeiro), simbolicamente escolhida por ter sido a primeira favela do Brasil. As obras, que começaram em dezembro de 2007, e inicialmente ficariam sob responsabilidade do Exército, foram terceirizadas para a construtora Edil (Souza, 2010, p. 41). Em 14 de junho de 2007 um tenente, um sargento, um soldado e mais 8 soldados cúmplices, entregaram três rapazes - de 17, 19 e 24 anos - do morro da Providência a traficantes do vizinho morro da Mineira, dominado por facção criminosa rival, o que lhes causou tortura, seguida de morte. Causando indignação, protestos dos moradores e embargo da justiça carioca. Em síntese, no desenrolar dos acontecimentos Crivella perdeu um trunfo da sua campanha eleitoral, com esse programa de assistência social, embora tenha se mantido um candidato bastante forte.

Pezão. Nota-se que esse fato foi decorrente do desgaste político ocasionado desde as jornadas de Junho de 2013, a operação Lava-Jato da Polícia Federal e uma campanha recorrente de associação de Crivella com a IURD a fim de descaracterizar o religioso na política.

A ênfase dada ao cargo de bispo e sua ligação com Edir Macedo demarcaram as estratégias dos candidatos rivais, a fim de ressaltar que os desdobramentos entre laico e religiosos seriam inaceitáveis, uma vez que a penetração nos espaços institucionalizados de representação se dá fora dos canais tradicionais, por meio de uma linguagem estranha ao ambiente laicista das instituições, levantando suspeitas sobre as “intenções”, o “grau de compromisso democrático” e a própria natureza do “projeto político” desses novos atores evangélicos (BURITY, 2006, P. 174). Essa estratégia político-eleitoral torna-se base e principal ponto de oposição aos candidatos evangélicos, notadamente em pleitos majoritários, recorrentemente enaltecido nas últimas eleições executivas no Rio, em especial as de 2014 e 2016.

4. O cenário carioca e a conjuntura nacional

Os dados levantados por Vital da Cunha (2017) mostram que em 1980, os evangélicos eram 3% da população do estado do Rio de Janeiro, mas chegaram a 15,8% em 2010, segundo o IBGE, tornando a média do estado maior do que a nacional (13,3%). Mesmo numeroso, esse segmento não vota em candidatos com forte identificação evangélica, o que sempre representou um desafio para a eleição de candidatos evangélicos para o Executivo.

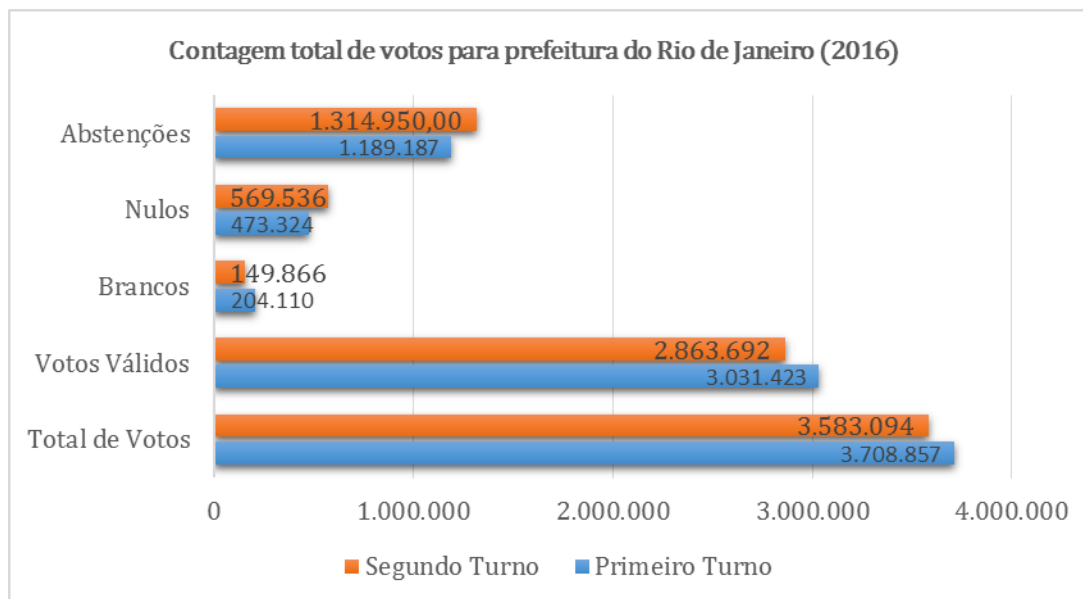
No mesmo período, os católicos passaram de 80,6% da população fluminense para 46,3%. Na esfera estadual, a identidade evangélica é ativada pelos opositores como meio de aumentar a rejeição em torno de um candidato, como ocorreu nas últimas eleições de 2014 e 2016 com Crivella. Todavia, a disputa pelos votos religiosos e o apoio de líderes evangélicos só foram se intensificando ao longo da disputa, devido ao “piso alto” desses candidatos, conforme analisa Cesar Romero (ROMERO apud VITAL DA CUNHA; LOPES; LUI, 2017, p.82): “quando o candidato

tem uma marca religiosa muito forte, ele tem o piso alto, começa muito bem, mas o teto baixo”. Ou seja, o candidato com uma identidade religiosa forte inicia com índices de votos nas pesquisas relativamente altos, comparado com as médias dos demais candidatos, porém, apresenta a dificuldade de se manter na liderança ao longo da campanha. Isso ocorre porque não conseguem ultrapassar outras margens de votos que não sejam de sua base “natural”, assim, começam a disputa com o piso alto, mas o teto baixo (pela dificuldade de expandir sua base eleitoral).

Nessa mesma perspectiva devemos analisar a conjuntura política brasileira neste período que envolvia o julgamento dos réus do mensalão que se deu em 2012, tendo o acórdão sido publicado em 2013, o que avivava o repúdio à corrupção. No mesmo ano ocorreram as surpreendentes manifestações de Junho de 2013, que ocuparam as ruas das principais cidades brasileiras reunindo milhões de manifestantes. No ano seguinte, em 2014, houve protestos contra a realização da Copa do Mundo no Brasil, bem como o acirramento das denúncias da “Lava-jato” e a crescente polarização política decorrente da eleição presidencial do mesmo ano.

Em dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceitou o processo de denúncia por crime de responsabilidade fiscal apresentado pelo Procurador de Justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, dando início ao processo de impeachment, concluído em 31 de agosto de 2016, com a cassação do mandato de Dilma Rousseff. Todos esses sequentes processos avolumaram-se no crescente repúdio aos partidos políticos e a classe política em geral. Tal reflexo foi demonstrado de modo claro nas urnas, no pleito já mencionado de 2014 e, principalmente, no de 2016, como podemos perceber no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Total de votos 1º e 2º turno



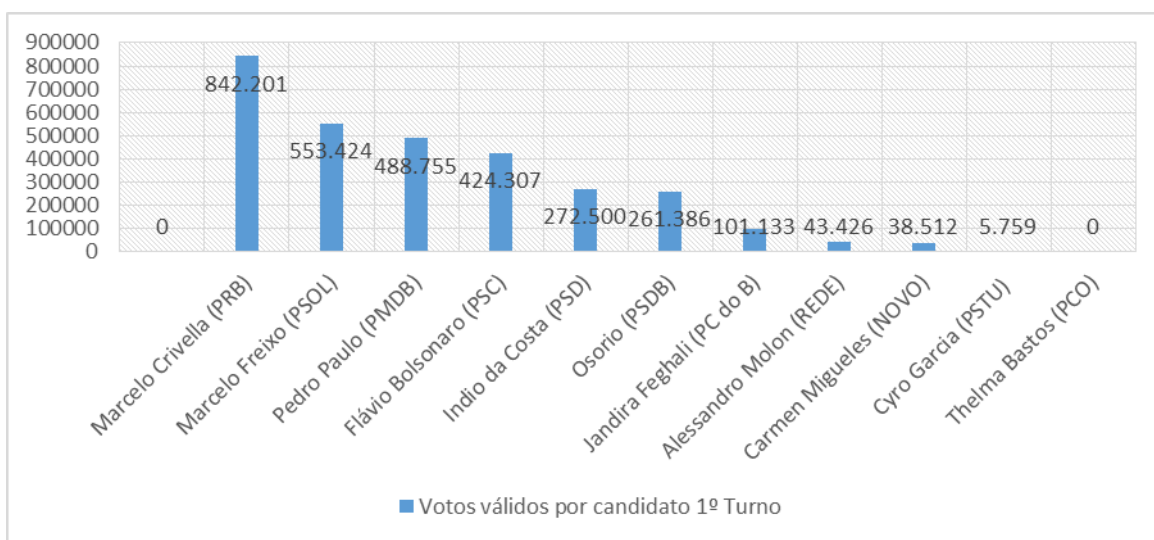
Fonte: gráfico produzido pelo autor, através dos dados do TSE

O número de abstenções foi a protagonista nos dois turnos para o executivo do Rio, sendo que as abstenções (26,85%), os votos brancos (4,18%) e nulos (15,90%) no segundo turno, entre Marcelo Freixo e Crivella, totalizaram 46,93% do total de votos não direcionados a nenhum dos candidatos. Reflexo, como já mencionado, da crise política, dos escândalos de corrupção e do longo processo de destituição de Dilma Rousseff, além do fato do desgaste dos partidos de esquerda corroborado por esses processos, e o fortalecimento de segmentos conservadores na opinião pública (expoentes como Jair Bolsonaro e Silas Malafaia, que capitalizaram o debate), afetando Marcelo Freixo - candidato de esquerda pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Mesmo Crivella apresentando indicies de rejeição consideráveis (31% no primeiro turno), segundo o Datafolha, o candidato do PRB saiu beneficiado pelo contexto político brasileiro.

Já no contexto político local, percebemos o desgaste do PMDB, que controla o governo estadual desde 2006 e a capital fluminense desde 2008. Com a crise financeira do Estado e os números não crescentes de avaliação da gestão do então prefeito Eduardo Paes, aumentou o descontentamento do eleitor, que procurou outras alternativas nesta eleição em detrimento do então candidato do partido e

lançado por Paes, Pedro Paulo, que tinha uma enorme rejeição entre o eleitorado carioca, terminando o primeiro turno em terceiro lugar com 16% dos votos (488.755 dos votos válidos). Além disso, havia a própria fragmentação partidária ao longo de todo pleito, em que partidos similares ideologicamente preferiram candidaturas independentes a se coligarem, tornando a eleição carioca mais complexa.

Gráfico 2: Candidatos no 1º turno



Fonte: gráfico produzido pelo autor, através dos dados do TSE

Diante das reflexões estabelecidas, nos parece que a vitória de Crivella foi favorecida sobretudo pelo ambiente político que favoreceu sua candidatura, com o crescimento da direita que marcou as eleições municipais, levando vantagem sobre o rival, Freixo, do PSOL no segundo turno. Freixo é associado ao discurso contra o impeachment de Rousseff, no momento em que a esquerda se encontra desgastada politicamente, e seu partido, o PSOL, é frágil quando comparado a outros partidos, como o PRB. Além disso, o eleitorado de Freixo, de acordo com as pesquisas Datafolha e IBOPE divulgadas no interím das eleições, tem um perfil de classe média e formação superior, sem bases na periferia, principais zonas eleitorais cariocas. Ao contrário de Crivella, com a capilaridade do pentecostalismo nessas zonas periféricas, fomentou uma maior concentração de votos a seu favor. Além do

“desânimo” dos eleitores cariocas com a política brasileira de modo geral, bem como a escolha de candidatos com perfis ideológicos antagônicos, propiciaram os altos níveis, acima referidos, de abstenções e votos brancos e nulos. Como exposto, a religião não foi o único vetor da vitória de Crivella, mas foi fundamental para a manutenção de sua base eleitoral.

Um dado interessante para ser analisado é que nos quatro pleitos anteriores disputados por Crivella, em que foi derrotado, ele perdeu para candidatos de centro. Nesse sentido, a estratégia definida por Crivella e sua equipe se mostrou muito hábil, bem como a conjuntura ajudou, com a desarticulação do centro político, como mencionado anteriormente em relação a fragmentação no primeiro turno. Do mesmo modo que um segundo turno de antípodas, todavia, há também uma relação a este processo, que não pode ser desconsiderada. Se o conservadorismo se movimenta contra as posições mais progressistas, estas últimas podem recrudescer, afinando propostas e executar movimentos que podem agregar simpatizantes. Ora, se Crivella apresenta a face conservadora, Freixo representaria uma reação. Apesar da vitória do bispo, não podemos desconsiderar que no segundo turno Freixo aumentou sua margem de votos em 110,26%, enquanto Crivella aumentou os seus em 101,85%¹⁷, levando a eleição, principalmente o segundo turno, a um campo cada vez mais relacional em relação aos votos dos eleitores que votaram em um dos dois candidatos.

Deste modo, a campanha de Crivella procurou associar o candidato do PSOL ao “comunismo” e a valores moralmente “contrários aos da família tradicional”, propiciando um sentimento de rejeição ao candidato Freixo, produzindo, assim, um apoio sólido aos valores representados pelo candidato do PRB. Uma importante alusão é o apoio do pastor assembleiano Silas Malafia a candidatura de Crivella em 2016, fato que não aconteceu na disputa ao governo do Estado do Rio de Janeiro em 2014.

¹⁷ Porcentagem realizada pelo autor e aludida pelo Prof. Dr. Carlos Procópio (IFSP) na I Semana Discente de Pós-Graduação em Sociologia Política do IUPERJ em 2017, tendo em vista os dados fornecidos por meio dos gráficos do artigo que, por sua vez, são baseados pelos dados disponibilizados no site do TSE.

Nesse contexto, é indubitável que a presença dos pentecostais e sua capacidade de engajamento eleitoral por parte das instituições como a IURD, foram de crucial importância para a inserção e manutenção de bases eleitorais nas periferias como a zona norte e oeste do Rio de Janeiro. Mas, sem dúvidas, a importância dos eleitores-fiéis não explica *per se* a vitória de Crivella, pois, como já mencionado, permaneceria um “gargalo” ao executivo (50% dos votos mais um), já que, estatisticamente, a vitória de Crivella não se deu particularmente por conta do eleitorado evangélico. Se contabilizarmos os dados fornecidos pelo IBGE em 2010 na cidade do Rio de Janeiro, temos os seguintes números: a população carioca possui 6.320.446 habitantes e o número de evangélicos está em torno de 1.477.021, portanto, os evangélicos na cidade são cerca de 23% da população total, em um colégio eleitoral de 4.898.040 eleitores, cerca de 33% da população evangélica, segundo o Datafolha¹⁸.

Crivella obteve dessa forma o apoio de outros estratos sociais para a obtenção da vitória. Sem a crise econômica, política e conseqüentemente o desgaste da esquerda (cooptada hegemonicamente pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nesse espectro político), bem como a crise moral – corrupção e aos políticos tradicionais - desvelaram a apatia aos candidatos através dos elevados números de abstenções nos dois turnos cariocas e a disputa de antagônicos no segundo turno, esquerda/liberal (Freixo) e centro-direita/conservador (Crivella).

Pois mais uma vez, o montante de votos não é capaz de decidir uma eleição majoritária, uma vez que não alcança a metade dos votos necessário para eleger governadores ou presidente, respondendo de certa forma a quase ausência de disputas evangélicas ao executivo e, até mesmo, a falta de aderência a outras campanhas de Crivella a prefeitura em 2004 e 2008. Ou seja, o ambiente político nacional e a própria estrutura do segundo turno, com Marcelo Freixo, foram

¹⁸ Esses dados consideram também crianças, jovens e idosos que não votam, pois, a legislação não permite ou por opção. Sendo, portanto, uma estimativa não refinada. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/consulta-quantitativo>>. Acessado em: 20/04/2017.

cruciais para a vitória do bispo licenciado da IURD, não significando necessariamente uma vitória da IURD, mas a vitória de uma estratégia político-religiosa.

Uma das estratégias utilizadas na disputa ao executivo carioca, foi o discurso moderado adotado por Crivella na campanha, tentando afastar ao máximo a ligação com a Igreja Universal, buscando diálogo com líderes de várias religiões, ao mesmo tempo em que investia na imagem de conciliador, almejando atrair eleitores católicos¹⁹, assim como evitando falar sobre assuntos polêmicos e se comprometendo a manter o investimento da prefeitura ao carnaval de rua e à Parada do Orgulho Gay. Por outro lado, reforçou seu compromisso “contra liberação das drogas, legalização do aborto e a discussão de ideologia de gênero nas escolas”²⁰, buscando construir novas alianças partidárias, de modo a aumentar o escopo do eleitorado, mas mantendo a sua base. Deve-se abranger o público alvo em uma candidatura majoritária, não podendo ter apenas uma base como referência, como já mencionado, já que políticos como Crivella, que iniciam os pleitos com o “piso alto”, necessitam abranger seu teto da campanha, ou seja, expandir sua margem eleitoral a fim de obter a vitória.

¹⁹ Houve uma divulgação de panfletos com fotos de Crivella ao lado do Arcebispo do Rio de Janeiro Dom Orani Tempesta, distribuído em portas de igrejas e na entrada de estações do metrô, sem autorização de Dom Orani. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/igreja-rejeita-panfleto-com-foto-de-crivella-dom-orani-20149469>>. Acessado em: em 12/05/2017.

²⁰ Discurso da posse a Prefeito do Rio de Janeiro em janeiro de 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/veja-a-integra-de-discurso-do-prefeito-eleito-do-rio-marcelo-crivella.ghtml>>. Acessado em: 29/05/2017.

Gráfico 3: Candidatos no 2º turno

Fonte: gráfico produzido pelo autor, através dos dados do TSE

5. A vitória de Crivella

Crivella venceu Freixo pela diferença de 536.368 votos (59,37% e 40,63% dos votos válidos, respectivamente) e em seu discurso de posse agradeceu aos “90% dos evangélicos do Rio de Janeiro” que votaram nele no segundo turno, algo que “nunca tinha acontecido”. Fez referências a uma série de denominações evangélicas, em especial “ao povo da Igreja Universal, ao povo da Igreja Batista, que votaram em nós”. Disse ainda que pela primeira vez durante a última campanha eleitoral, conseguiu “se aproximar da Igreja Católica”, mencionando o arcebispo do Rio, Dom Orani Tempesta.

De fato, a última pesquisa DataFolha²¹ sobre a eleição carioca, realizada em 29 de outubro, mostrou que Crivella teria 92% dos votos válidos entre os evangélicos pentecostais, e entre os não-pentecostais, no entanto, seu percentual decresceu para 80%. Na verdade, se as intenções de votos foram efetivadas nas urnas, demonstram a força eleitoral que Crivella conseguiu com os evangélicos, todavia, tal fenômeno nos apresenta como decorrente da própria conjuntura política, uma vez que o segmento evangélico é altamente sectário, havendo

²¹ Pesquisa disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1827616-crivella-lidera-com-58-no-rio-mas-vantagem-sobre-freixo-diminui.shtml>. Acessado em: 20/04/2017.

centenas de denominações que disputam entre si, ou seja, não é um grupo hegemônico e sua vitória no executivo contou com o voto de outros grupos não enquadrados como evangélicos.

Nesse sentido, o comportamento eleitoral foi auferido pela conjuntura e pela estratégia da campanha de Crivella específica deste processo, postas num campo *relacional*, como aponta Burity (2006), já que a identidade desses grupos religiosos não está dada de forma definitiva, muito menos plenamente constituída a sua entrada no processo eleitoral. Mesmo se o inverso fosse verdadeiro, o “gargalo” para o executivo permaneceria estável. Contaram, dessa forma, com os estratos do eleitorado não-pentecostais que não optaram pela abstenção ou votos brancos e nulos e escolheram Crivella como melhor opção no segundo turno.

Portanto, os contornos da participação eleitoral se alteram, transformam-se por meio de confrontos e alianças que se estabelecem nesse processo, em que a presença religiosa nos pleitos executivos é marcada por flutuações e não por votos consolidados, assim como o voto do típico eleitor brasileiro: personalista, pragmático e pautado pelas qualidades pessoais e carismáticas dos candidatos, dependente da estrutura e do contexto sócio-político incidente.

A democracia brasileira nos últimos anos permeia esse contexto, se encontra em uma crise de representação perante os eleitores e cidadãos, o que reflete a falta de confiança nas principais instituições democráticas de representação e seus atores (partidos políticos, políticos, etc), arregimentada por motivos acerca do desempenho econômico e político - este último com o papel essencial para corrupção política. Isso evidencia uma clara emergência de novos partidos e políticos radicais, populistas ou moralistas e em elevados níveis de confiança na instituição religiosa em meio à crise política. A pesquisa realizada pelo IBOPE em 2015²² mostra, numa variação de 0 a 100, sendo 100 o nível mais alto de confiança

²² Pesquisa disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/ics_brasil.pdf>. Acesso em 21/07/2017. Há disponível também uma tabela comparativa de 2009 a 2015 em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Instituicees-politicas-perdem-ainda-mais-a-confianca-dos-brasileiros.aspx>>.

institucional, que a religião conta com 71 enquanto os partidos políticos, 17 e o Congresso Nacional e a Presidência da República, 22.

Portanto, a mudança da conjuntura política nacional propicia o deslocamento de um determinado elemento de um sistema de referência para outro, alterando significativamente a identidade desse fenômeno. Enaltece certas identidades, discursos e práticas ressignificadas moralistas e de cunho religioso, uma vez que, mesmo dentro do Estado secular brasileiro, o cristianismo e os seus valores, por motivos históricos e de como se deu a configuração entre Estado e Igreja, permeiam toda a cultura nacional, bem como a capacidade dos partidos políticos de codificarem e compreenderem na busca de oferecerem inteligibilidade nesse cenário, logo, demarcando uma estratégia política que se mostre capaz de solver os problemas políticos e sociais. Sendo acionado nesse momento de desgaste de representatividade, como uma necessidade de elevação moral, honestidade e de valores comuns, que como assevera Vital da Cunha (2017, p. 113): “deve-se assumir que a tradição opera a partir de fatos sociais que geram conforto, porque possibilitam previsibilidade, condição fundamental para o estabelecimento da vida social, mas que também produzem coação e opressão”. Como elucidado no slogan de Crivella na eleição de 2016: “vamos cuidar das pessoas”, cuja presença do significado e do significante revela-nos que em meio a crises, ansiedades e medos sociais, sermos reconfortados é uma grande chave social que pode abrir muitas portas, uma delas, a eleitoral.

6. Considerações finais

Devemos evitar, portanto, o prognóstico generalizante e relativizador sobre as eleições de 2016 na cidade do Rio de Janeiro, que nos demonstra na presente análise como sendo uma das reverberações do esgotamento institucional e do desgaste dos políticos tradicionais, acirrado em 2013, bem como da compreensão desses meandros pela campanha de Crivella com uma estratégia política afinada ao contexto incidente. A conjuntura parece auferir um investimento tanto numa politização do discurso religioso quanto numa estratégia política, o que nos auxilia

a entender como o processo da conjuntura política específica e a estratégia política-religiosa possibilitou a vitória de Crivella, que, após sucessivas campanhas para o executivo carioca e fluminense, foi eleito no decorrer de um processo de crises política, econômica, moral e representativa que abalaram o país. Cumpre ressaltar que nas quatro eleições executivas que disputou, perdeu para candidatos de centro, mas no pleito de 2016 disputou diretamente com um candidato de forte identificação com o espectro político de esquerda.

Foram pontos chave de reflexão o cenário político fluminense acerca do desgaste do PMDB fluminense e carioca (e seus líderes: Pezão, Cabral, Pedro Paulo e Paes), o segundo turno de antípodas (esquerda/liberal e centro-direita/conservadora) e a capilaridade do voto evangélico nas zonas eleitorais cariocas, que se tornaram importantes bases para a vitória de Crivella, mas não a decisiva como muito aludido neste artigo, já que os votos evangélicos alcançam cerca de 33% do eleitorado da cidade do Rio de Janeiro (se de fato todos foram efetivados na urna), o que não garantiria uma vitória de Crivella. Porém, os votos não enquadrados como religiosos endossaram a margem de vitória.

O que demarca possivelmente o diferencial desta eleição de 2016 para Crivella, ao contrário das outras quatro derrotas, seria o nível de antagonismo discursivo pós-eleições de 2014 e as operações da Polícia Federal que, de modo intenso e perene, auferiu robustez a própria conjuntura política nacional, que mobilizou altos índices de abstenção, votos brancos e nulos, além dos não religiosos que optaram por votar em um dos candidatos e escolheram Crivella, uma vez que Freixo foi associado ao discurso pró-PT no processo de impeachment de Dilma, liberal e de esquerda.

Por conseguinte, o comportamento eleitoral parece ter sido definido pelo contexto e pela conjuntura específica de forma habilmente compreendida e articulada pela campanha de Crivella ao longo do processo, postos num campo *relacional*, como aponta Burity (2006), já que a identidade desses grupos não está dada de forma definitiva nem plenamente constituída a sua entrada no processo eleitoral. Crivella, assim, pode personificar o processo bem-sucedido de inserção evangélica em eleições majoritárias, nos últimos anos. Diante do que aponta Burity

(2006, p. 185), uma polarização entre um discurso laico dominante que não consegue resolver a crise política de legitimação como parte interdependente de sua trajetória e um discurso laico e religioso emergente que demanda um redesenho estrutural e das práticas de representação, situam o lugar específico do político em nossa sociedade.

Referências

- BOHN, Simone. 2004. “Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral”. *Opinião Pública*, v. X, n. 2, Campinas, p. 288-338.
- BURITY, Joanildo ; MACHADO, Maria das Dores Campos (Org.). 2006. *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Massangana.
- BURITY, Joanildo A. 2015. “A cena da religião pública: contingência, dispersão e dinâmica relacional”. São Paulo: *Novos Estudos Cebrap*, v.102, p. 92-109.
- CUNHA, Magali do Nascimento. 2016. “Religião e Política: Ressonâncias do Neoconservadorismo nas Mídias Brasileiras”. *Revista Perseu*, nº 11, Ano 7, p. 147-166. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/6.Perseu11.CUNHA%20Magali.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2016.
- FRESTON, Paul. 1993. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese de Doutorado em sociologia, Campinas: IFCH-Unicamp.
- GRACINO JUNIOR, Paulo. 2016. *A demanda por deuses: globalização, fluxos religiosos e culturas locais nos dois lados do Atlântico*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. 2012a. “Evangelicals and Politics in Brazil: the case of Rio de Janeiro”. *Religion, State & Society*, v. 40, n. 1.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. 2012b. “Religião, Cultura e Política”. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, 32(2): 29-56.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. 2006. *Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- MARIANO, Ricardo. 1999. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola.

MARIANO, Ricardo. 2003. “Efeitos da Secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais”. *Civitas*, Porto Alegre, v.3, nº 1, junho.

ORO, Ari Pedro. 2003. “A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 18, nº 53-69.

SMITH, Christian S. (org.).1998. *American evangelicalism: embattled and thriving*. Chicago: The University of Chicago Press.

SOUZA, André Ricardo. 2010. “Os evangélicos nas eleições municipais”. *Revista Correlatio*, n. 17, jun. pp, 26-45.

SOUZA, André Ricardo. 2009. *Os evangélicos nas eleições municipais*. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, GT 12 – O fenômeno religioso, Rio de Janeiro.

SOUZA, Sandra Duarte. 2013. “Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do sexo”. *Estudos de Religião*, v. 27, n. 1, p. 177-201.

SMIRDELE, Carlos Gustavo Sarmet Moreira. 2013. *Modernização à brasileira: o tempero pentecostal da política nacional*. Rio de Janeiro: Outras Letras.

STARK, R. , IANNACCONE, L.R. 1992. *Sociology of religion*, in E.F. BORGATTA / M.L. STOLL, D. 1990. *Is Latin America turning protestant? : the politics of evangelical growth*. Berkeley: University of California Press.

TREVISAN, Janine. 2013. “A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no estado laico brasileiro”. *Numen: revista de estudos e pesquisa da religião*. Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 29-57.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. 2017. *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll: Instituto de Estudos da Religião.

Recebido em: 30/05/2017
Aprovado em: 12/09/2017